

Dirley da Cunha Júnior

Curso de

Direito Constitucional

18ª | revista
edição | ampliada
atualizada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Ideia Impressa (ideiainpressadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972c Cunha Júnior, Dirley da
Curso de Direito Constitucional / Dirley da Cunha Júnior – 18.ed., rev., atual. e ampl. -
São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
1552 p.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4928-4.

1. Direito Constitucional. 2. Teoria da Constituição. I. Cunha Júnior, Dirley da. II. Título.

CDD 341.2

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	35
1. Origem e conceito.....	35
2. Desenvolvimento	36
2.1. Constitucionalismo antigo.....	36
2.2. Constitucionalismo medieval.....	37
2.3. Constitucionalismo moderno.....	37
3. Neoconstitucionalismo.....	41
3.1. Patriotismo Constitucional.....	44
3.2. Transconstitucionalismo.....	45
3.3. Estado Constitucional Cooperativo	46
3.4. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano	47
3.5. O Constitucionalismo Negro.....	49
3.6. O Constitucionalismo Feminista	54
4. Quadro Sinótico.....	60

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	65
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	65
2. Objeto do Direito Constitucional.....	68
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional.....	68
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular.....	68
3.2. Direito Constitucional Comparado	68
3.3. Direito Constitucional Geral	69
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito.....	70
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico.....	82
6. Fontes do Direito Constitucional.....	83
7. Quadro Sinótico.....	84

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	87
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	87
2. As principais teorias da Constituição.....	88
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff).....	89
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis).....	90
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle)	90

2.4.	A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlín).....	90
2.5.	A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger)	91
2.6.	A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend).....	91
2.7.	A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse).....	92
2.8.	A Constituição como “legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau).....	92
2.9.	A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	93
2.10.	A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno).....	93
2.11.	A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller).....	94
3.	Origem e conceito de Constituição.....	94
3.1.	Origem.....	94
3.2.	Conceito	95
4.	Concepções sobre a Constituição.....	95
4.1.	A concepção sociológica	96
4.2.	A concepção política.....	98
4.3.	A concepção jurídica.....	101
4.4.	A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	107
5.	Supremacia da Constituição.....	119
6.	A unidade normativa da Constituição.....	124
7.	Objeto e conteúdo das Constituições	125
8.	Classificação das Constituições	126
8.1.	Quanto ao conteúdo: <i>Material e Formal</i>	126
8.2.	Quanto à forma: <i>Escrita e Não Escrita</i>	127
8.3.	Quanto à origem: <i>Democrática e Outorgada</i>	128
8.4.	Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível</i>	129
8.5.	Quanto à extensão: <i>Sintética e Analítica</i>	131
8.6.	Quanto à finalidade: <i>Garantia e Dirigente</i>	131
8.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	132
8.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	132
8.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	133
8.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	133
9.	Estrutura das Constituições.....	133
10.	Elementos das Constituições.....	135
11.	A Constituição Dirigente.....	135
12.	A Constituição brasileira de 1988	144
13.	Quadro Sinótico.....	146

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL	155
1. A constituição como um sistema aberto de normas.....	155
2. A norma constitucional: conceito e natureza	156
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional.....	158
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios	160
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy.....	166
5. A eficácia jurídica da norma constitucional	170
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais	170
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias	172
5.3. Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	173
5.4. A classificação da doutrina italiana	175
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira	176
5.6. A classificação de José Afonso da Silva.....	177
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto.....	181
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz	182
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal.....	183
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	185
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	190
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas	191
6. Os princípios constitucionais	192
6.1. Tipologia de princípios constitucionais.....	195
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais	196
6.3. Hierarquia de princípios	197
7. Quadro Sinótico.....	199

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	203
1. Hermenêutica e interpretação jurídica.....	203
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional	206
3. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito norte-americano	207
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito	208
4. Métodos de interpretação constitucional	219
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico.....	219
4.2. Método tópico-problemático.....	220
4.3. Método hermenêutico-concretizador	221
4.4. Método científico-espiritual	222
4.5. Método normativo-estruturante.....	223
4.6. Método da interpretação comparativa.....	223
5. Princípios de interpretação constitucional	224

5.1. Princípio da unidade da Constituição.....	224
5.2. Princípio do efeito integrador.....	225
5.3. Princípio da máxima efetividade	226
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	226
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização	227
5.6. Princípio da força normativa da Constituição.....	228
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	228
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	230
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição	231
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle.....	232
7. Quadro Sinótico	232

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE	237
1. Considerações preliminares.....	237
2. Conceito	238
3. O Poder Constituinte e o pensamento de SIEYÈS	239
4. Natureza	240
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte	242
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	244
7. Poder Constituinte Originário.....	244
7.1. Conceito.....	244
7.2. Características	245
7.3. Formas de manifestação.....	246
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	247
8. Poder Constituinte Derivado	247
8.1. Conceito	247
8.2. Características	248
8.3. Espécies	248
8.4. Poder Constituinte Reformador.....	248
8.4.1. Conceito.....	248
8.4.2. Limitações.....	249
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional.....	254
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional.....	256
8.5. Poder Constituinte Decorrente.....	256
9. Mutação constitucional.....	258
10. Direito Constitucional intertemporal.....	259
10.1. Princípio da Recepção	259
10.2. Repristinação	260
10.3. Desconstitucionalização.....	260
11. Quadro Sinótico	261

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	267
1. Considerações iniciais	268
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade.....	268
2.1. Conceito.....	268
2.2. Pressupostos	269
2.2.1. A Constituição escrita e formal.....	270
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	270
2.2.3. A previsão de um órgão competente.....	271
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade.....	272
3.1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison.....	274
3.2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen.....	283
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008.....	290
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	291
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional.....	291
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional.....	292
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	293
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....	293
3.3.4. Considerações finais.....	296
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	296
3.4.1. A Constituição de 1824.....	296
3.4.2. A Constituição de 1891.....	297
3.4.3. A Constituição de 1934.....	298
3.4.4. A Constituição de 1937.....	299
3.4.5. A Constituição de 1946.....	300
3.4.6. A Constituição de 1967/1969.....	300
3.4.7. A Constituição de 1988.....	301
4. Modelos de controle de constitucionalidade.....	303
4.1. Quanto ao parâmetro do controle.....	303
4.2. Quanto ao objeto do controle.....	306
4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	306
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle.....	308
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	309
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle	310
4.7. Quanto à finalidade do controle.....	312
5. Controle difuso de constitucionalidade	312
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	312
5.2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	313

5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	315
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	315
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	319
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	321
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	324
6.	Controle concentrado de constitucionalidade	335
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	335
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	336
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas	341
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	345
7.1.	Origem, conceito e finalidade.....	345
7.2.	Legitimidade ad causam.....	346
7.3.	Competência.....	352
7.4.	Parâmetro e objeto	356
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	366
7.5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	367
7.5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade	368
7.5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	370
7.6.	Decisão e efeitos.....	371
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais.....	376
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos	378
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	381
8.1.	Origem e generalidades.....	381
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento.....	382
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão.....	384
8.3.	Legitimidade ad causam e competência.....	385
8.4.	Parâmetro e objeto	385
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características.....	386
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional.....	388
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades.....	389
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	389
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material.....	393
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa	394
8.4.4.	As omissões controláveis	394
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado	395
8.5.	Decisão e seus efeitos	398
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	405
9.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	407

9.1. Origem, conceito e finalidade.....	407
9.2. Legitimidade ad causam.....	409
9.3. Competência.....	410
9.4. Parâmetro e objeto.....	410
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011.....	412
9.6. Da medida liminar.....	413
9.7. Decisão e efeitos.....	414
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	415
10.1. Origem, conceito e finalidade.....	415
10.2. Legitimidade ad causam.....	416
10.3. Competência.....	417
10.4. Parâmetro e objeto.....	417
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	417
10.6. Decisão e efeitos.....	419
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	419
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	419
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais.....	424
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição.....	428
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	429
11.5. Arguição direta ou autônoma.....	430
11.5.1. Legitimidade ad causam.....	431
11.5.2. Competência.....	435
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99.....	436
11.5.4. Medida liminar.....	438
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....	439
11.5.5.1. Atos normativos.....	440
11.5.5.2. Atos não normativos.....	441
11.5.5.3. Atos municipais.....	442
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição.....	443
11.5.5.5. Atos políticos.....	444
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....	446
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo.....	448
11.5.6. Decisão e seus efeitos.....	450
11.6. Arguição incidental.....	453
11.6.1. Legitimidade ad causam.....	456
11.6.2. Objeto.....	458
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante.....	459
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	460
11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....	466

11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional	466
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF).....	467
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros	468
12.1. Considerações gerais	468
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	468
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	472
13. Quadro Sinótico.....	477

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	493
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro	493
2. A Constituição de 1824.....	494
3. A Constituição de 1891.....	495
3.1. A instalação da Primeira República.....	495
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	496
4. A Constituição de 1934.....	497
4.1. A Revolução de 1930.....	497
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	498
5. A Constituição de 1937.....	499
5.1. O Estado Novo.....	499
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	500
6. A Constituição de 1946.....	500
7. A Constituição de 1967.....	501
7.1. O Golpe Militar de 1964.....	501
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	502
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	503
9. A Constituição de 1988.....	503
9.1. Antecedentes.....	503
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988	504
10. Quadro Sinótico.....	505

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	511
1. Considerações iniciais	511
2. Princípio Federativo	511
3. Princípio Republicano	514
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	516
5. Princípio da Soberania Popular.....	517
6. Princípio da Separação de Poderes.....	517
6.1. O Poder político e as funções estatais	517
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais.....	519
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras.....	523

6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	525
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	528
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	530
9. Princípios regentes das relações internacionais.....	531
10. Quadro Sinótico.....	532

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	535
1. Considerações iniciais	535
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	536
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais.....	543
3.1. Função de defesa ou de liberdade.....	545
3.2. Função de prestação	546
3.3. Função de proteção perante terceiros.....	548
3.4. Função de não discriminação.....	549
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	549
4.1. Considerações iniciais	549
4.2. As Declarações de Direitos.....	555
4.2.1. A Magna Carta.....	556
4.2.2. A <i>Petition of Rights</i>	558
4.2.3. O <i>Habeas Corpus Act</i>	559
4.2.4. O <i>Bill of Rights</i>	559
4.2.5. O <i>Act of Settlement</i>	560
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia	561
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	563
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	566
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão	572
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos	575
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais.....	576
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade	581
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia.....	582
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	583
4.4. Considerações finais	583
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais.....	584
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado.....	587
7. Características dos direitos fundamentais	589

8. Restrições dos direitos fundamentais	598
9. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	601
10. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”)	606
11. Os direitos fundamentais e suas garantias	608
12. Quadro Sinótico	609

Capítulo XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	613
1. Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988	613
2. Os titulares dos direitos fundamentais	615
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988	617
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º	626
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	640
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais	646
7. Quadro Sinótico	650

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	653
1. Considerações iniciais	653
2. Direito à vida	653
3. Direito à igualdade.....	656
4. Direito à liberdade.....	662
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade.....	662
4.2. Liberdade de locomoção	663
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	663
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	665
4.5. Liberdade de informação.....	669
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística.....	671
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência	675
4.7. Liberdade de reunião.....	679
4.8. Liberdade de associação.....	680
4.9. Liberdade de opção profissional.....	682
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental.....	682
4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão	683
5. Direito à privacidade	688
5.1. Direito à intimidade	690

5.2. Direito à vida privada	691
5.3. Direito à honra.....	692
5.4. Direito à imagem	693
5.5. Direito à inviolabilidade da casa.....	693
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	695
6. Direito de propriedade.....	701
6.1. Propriedade intelectual	703
6.2. Direito de herança.....	703
7. Direito de petição	704
8. Direito de certidão	704
9. Direito de acesso à justiça.....	705
10. Direito à segurança jurídica	706
10.1. Garantia do direito adquirido	707
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito	708
10.3. Garantia da coisa julgada	709
11. Direito à garantia do devido processo legal	710
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	711
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	711
14. DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, INCLUSIVE NOS MEIOS DIGITAIS.....	735
15. Quadro Sinótico.....	737

Capítulo XIII

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	745
1. Considerações iniciais	745
2. Direitos sociais do trabalhador.....	748
3. Direitos sociais da seguridade social	755
3.1. Direito à saúde.....	755
3.2. Direito à previdência social.....	759
3.3. Direito à assistência social	760
4. Direitos sociais à educação e à cultura	760
4.1. Direito à educação.....	760
4.2. Direito à cultura	764
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	764
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e DA PESSOA IDOSA.....	765
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível.....	767
8. Quadro Sinótico.....	775

Capítulo XIV

DO DIREITO DE NACIONALIDADE.....	781
1. Considerações iniciais	781
2. Conceito de nacionalidade.....	781
3. Espécies de nacionalidade.....	782

4. Modos de aquisição da nacionalidade.....	783
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>).....	783
6. Os brasileiros na constituição federal de 1988.....	785
6.1. Os brasileiros natos.....	785
6.2. Os brasileiros naturalizados.....	790
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	792
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	797
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	798
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil.....	799
11. Quadro Sinótico.....	800

Capítulo XV

DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	803
1. Considerações iniciais.....	803
2. Modalidades de direitos políticos.....	804
3. Direitos políticos positivos.....	804
3.1. Direitos políticos ativos.....	804
3.2. Direitos políticos passivos.....	805
4. Direitos políticos negativos.....	808
4.1. Inelegibilidades.....	808
4.1.1. Inelegibilidades absolutas.....	809
4.1.2. Inelegibilidades relativas.....	809
4.1.3. Outros casos de Inelegibilidades.....	814
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos.....	820
5. Dos partidos políticos.....	823
5.1. Conceito.....	823
5.2. Liberdade partidária.....	823
5.3. Autonomia partidária.....	824
5.4. Direitos dos partidos políticos.....	825
6. Quadro Sinótico.....	832

Capítulo XVI

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	835
1. Considerações gerais.....	835
2. <i>Habeas corpus</i>	835
2.1. Escorço histórico da origem do instituto.....	835
2.2. Natureza Jurídica.....	837
2.3. Espécies.....	837
2.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	837
2.4.1. Legitimidade ativa.....	837
2.4.2. Legitimidade passiva.....	838
2.5. Hipóteses de cabimento.....	838
2.6. Competência.....	840

2.7. Procedimento.....	841
3. Mandado de segurança.....	842
3.1. Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	842
3.2. Natureza Jurídica.....	843
3.3. Espécies.....	844
3.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	844
3.4.1. Legitimidade ativa.....	844
3.4.2. Legitimidade passiva.....	845
3.5. Cabimento.....	846
3.6. Objeto da impetração.....	847
3.7. Competência.....	849
3.8. Procedimento.....	851
3.9. Da Medida Liminar.....	852
3.10. Da Sentença.....	853
3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença.....	853
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo.....	853
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	854
4. Mandado de injunção.....	856
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto.....	856
4.2. Objeto.....	863
4.3. Legitimidade ativa.....	863
4.4. Legitimidade passiva.....	864
4.5. Competência.....	866
4.6. Decisão e seus efeitos.....	867
4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016.....	878
5. <i>Habeas data</i>	880
6. Ação popular.....	882
6.1. Considerações gerais.....	882
6.2. Requisitos específicos da ação.....	883
6.3. Finalidade da ação.....	883
6.4. Objeto da ação popular.....	884
6.5. Legitimidade <i>ad causam</i>	885
6.5.1. Legitimidade ativa.....	885
6.5.2. Legitimidade passiva.....	885
6.6. Competência.....	886
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada.....	886
7. Ação civil pública.....	887
8. Quadro Sinótico.....	894

Capítulo XVII

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	897
1. O princípio federativo e o Estado Federal.....	897
1.1. Estado Federal e Estado Unitário.....	898

1.2.	Estado Federal e Estado Regional	898
1.3.	Estado Federal e Confederação de Estados.....	898
1.4.	Características comuns do Estado Federal.....	898
1.5.	Estado Federal e tipos de Federalismo	901
2.	O federalismo brasileiro	901
2.1.	Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	901
2.2.	A Organização Política do Estado brasileiro	902
3.	A repartição de competência.....	902
3.1.	O princípio da predominância do interesse.....	903
3.2.	Técnicas de repartição de competência.....	903
4.	A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988.....	903
4.1.	A repartição horizontal de competência. Técnicas	904
4.2.	A repartição vertical de competência.....	905
5.	Competências e sua classificação.....	905
5.1.	Competência legislativa.....	905
5.2.	Competência não legislativa ou material	905
5.3.	Outras competências	905
6.	A união	906
6.1.	A posição da União na Federação	906
6.2.	Brasília: sede do governo da União	906
6.3.	Bens da União	907
6.4.	Competência material da União.....	910
6.4.1.	Competência material exclusiva da União	910
6.4.2.	Competência material comum da União	916
6.5.	Competência legislativa da União.....	918
6.5.1.	Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados.....	918
6.5.2.	Competência legislativa concorrente da União	926
7.	Os estados federados	930
7.1.	A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas.....	930
7.2.	Competência material (exclusiva e comum).....	932
7.3.	Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	932
7.4.	Bens dos Estados.....	933
7.5.	Dos Deputados Estaduais e Governadores.....	933
8.	O distrito federal.....	935
8.1.	A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências	935
9.	Os municípios.....	936
9.1.	O Município nas Constituições anteriores.....	937
9.1.1.	O Município na Constituição do Império.....	937
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891.....	937
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934.....	938
9.1.4.	O Município na Constituição de 1937.....	938

9.1.5.	O Município na Constituição de 1946.....	939
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967.....	939
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988.....	940
9.2.1.	A competência legislativa.....	943
9.2.2.	A competência material.....	945
10.	Os territórios federais.....	948
10.1.	Natureza.....	948
10.2.	Organização.....	948
11.	Intervenção.....	948
11.1.	Conceito.....	949
11.2.	Intervenção Federal.....	949
11.3.	Intervenção Estadual.....	953
11.4.	Formalidades comuns.....	953
12.	A administração Pública.....	954
12.1.	Conceito.....	954
12.2.	Organização.....	956
12.2.1.	Administração direta.....	957
12.2.2.	Administração indireta.....	958
12.3.	Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	959
12.3.1.	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado....	961
12.3.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	963
12.3.3.	Princípio da Legalidade.....	964
12.3.4.	Princípio da Impessoalidade.....	964
12.3.4.1.	Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção.....	965
12.3.5.	Princípio da Moralidade.....	966
12.3.6.	Princípio da Publicidade.....	969
12.3.7.	Princípio da Eficiência.....	971
12.3.8.	Princípio da Finalidade Pública.....	972
12.3.9.	Princípio da Presunção de Legitimidade.....	973
12.4.	Dos Servidores Públicos.....	987
12.4.1.	Agentes Públicos.....	987
12.4.2.	Espécies de Agentes Públicos.....	988
12.4.2.1.	Agentes políticos.....	988
12.4.2.2.	Agentes ou servidores administrativos do Estado.....	988
12.4.2.3.	Agentes particulares em colaboração com o Estado.....	998
12.4.3.	Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	998
12.4.4.	Remuneração e subsídio do servidor.....	1001
12.4.5.	Estabilidade do servidor.....	1013
12.4.6.	Previdência do servidor.....	1016
12.5.	Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1035

12.6. Das Regiões	1037
13. Quadro Sinótico.....	1038

Capítulo XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	1051
1. As funções do Estado e a separação de poderes.....	1051
2. Do poder legislativo.....	1054
2.1. Órgãos do Poder Legislativo.....	1054
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.	1054
2.1.1.1. Sistema Proporcional versus Voto Distrital.....	1057
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição.....	1058
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição	1059
2.2. Organização interna do Poder Legislativo.....	1063
2.2.1. A Mesa Diretora.....	1064
2.2.2. As Comissões Parlamentares.....	1065
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1066
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1067
2.2.2.3. Comissões Mistas.....	1067
2.2.2.4. Comissões de Inquérito.....	1067
2.2.2.5. Representativa.....	1076
2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos.....	1076
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo.....	1076
2.3.1. A Legislatura.....	1076
2.3.2. As Sessões legislativas.....	1077
2.3.2.1. Sessão Legislativa Ordinária	1077
2.3.2.2. Sessão Legislativa Extraordinária.....	1077
2.3.3. As Sessões.....	1078
2.3.3.1. Ordinárias.....	1078
2.3.3.2. Extraordinárias	1078
2.3.4. As Sessões preparatórias	1079
2.4. As atribuições do Congresso Nacional.....	1080
2.4.1. Competências Legislativas do Congresso Nacional	1080
2.4.2. Competências Políticas do Congresso Nacional	1082
2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51).....	1089
2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52).....	1090
2.7. Quórum para deliberações (art. 47)	1094
2.8. O Processo Legislativo.....	1094
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos	1094
2.8.2. Atos do processo legislativo.....	1101
2.8.2.1. Iniciativa legislativa.....	1102

2.8.2.2.	Emendas parlamentares	1104
2.8.2.3.	Votação	1107
2.8.2.4.	Sanção e veto.....	1108
2.8.2.5.	Promulgação e publicação.....	1110
2.9.	Procedimentos legislativos	1110
2.9.1.	Procedimento legislativo ordinário	1110
2.9.2.	Procedimento legislativo sumário	1111
2.9.3.	Procedimentos legislativos especiais.....	1112
2.10.	Dos Deputados e dos Senadores	1112
2.10.1.	Prerrogativas	1112
2.10.1.1.	As imunidades	1112
2.10.1.2.	O privilégio de foro por prerrogativa da função.....	1120
2.10.1.3.	Isenção do serviço militar.....	1123
2.10.1.4.	Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção	1123
2.10.2.	Incompatibilidades	1124
2.10.3.	Perda do mandato	1125
2.10.3.1.	Cassação	1125
2.10.3.2.	Extinção	1126
2.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1130
2.11.1.	Dos Tribunais de Contas.....	1135
2.11.1.1.	Do Tribunal de Contas da União.....	1136
2.11.1.2.	Do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1136
3.	Do poder executivo	1137
3.1.	Sistemas de governo	1138
3.1.1.	Parlamentarismo	1138
3.1.2.	Presidencialismo.....	1140
3.2.	O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República	1141
3.3.	Eleição do Presidente da República	1142
3.4.	Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1143
3.5.	Atribuições do Presidente da República.....	1146
3.6.	Responsabilidade do Presidente da República.....	1149
3.7.	Prerrogativas do Presidente da República	1153
3.8.	Auxiliares do Presidente da República.....	1155
3.9.	Órgãos de Consulta do Presidente da República	1156
3.9.1.	Conselho da República	1157
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional.....	1157
4.	Do poder judiciário	1158
4.1.	A função jurisdicional do Estado	1158
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário	1159
4.3.	O Estatuto da Magistratura	1160
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário.....	1168

4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1169
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário.....	1171
4.5.	Quinto Constitucional.....	1174
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios.....	1175
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal.....	1196
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça.....	1219
4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça.....	1224
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais.....	1233
4.11.	Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.....	1247
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1261
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares.....	1264
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	1268
4.15.	Dos Juizados Especiais.....	1271
5.	Das funções essenciais à justiça.....	1272
5.1.	Do Ministério Público.....	1272
5.1.1.	Histórico.....	1272
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988.....	1273
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	1274
5.1.4.	Princípios institucionais.....	1278
5.1.4.1.	Unidade.....	1278
5.1.4.2.	Indivisibilidade.....	1278
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1279
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público.....	1279
5.1.6.	Funções institucionais.....	1280
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	1282
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1283
5.2.	Da Advocacia Pública.....	1284
5.3.	Da Advocacia.....	1287
5.4.	Da Defensoria Pública.....	1290
6.	Quadro Sinótico.....	1297

Capítulo XIX

DA DEFESA DO ESTADO

E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....		1315
1.	Considerações gerais.....	1315
2.	Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção.....	1315
2.1.	Do Estado de Defesa.....	1316
2.2.	Do Estado de Sítio.....	1317
2.3.	Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio.....	1319
3.	Das forças armadas.....	1319
4.	Da segurança pública.....	1323
5.	Quadro Sinótico.....	1327

Capítulo XX

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO	1329
1. Do sistema tributário nacional	1329
1.1. Dos Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional	1332
1.2. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota.....	1336
1.3. A competência tributária	1343
1.3.1. Técnicas de repartição da competência tributária.....	1343
1.3.2. Limites ao exercício da competência tributária	1344
1.4. Classificação dos Tributos	1344
1.5. O imposto.....	1347
1.5.1. Impostos reais e pessoas.....	1348
1.5.2. Impostos diretos e indiretos.....	1348
1.5.3. Impostos em espécies.....	1349
1.5.3.1. Impostos da União.....	1349
1.5.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	1352
1.5.3.3. Impostos dos Municípios.....	1356
1.5.3.4. Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios	1359
1.6. A taxa	1365
1.6.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado.....	1366
1.6.2. A taxa e o preço (tarifa)	1366
1.7. A Contribuição de Melhoria.....	1368
1.8. Os Empréstimos Compulsórios.....	1369
1.9. As Contribuições sociais.....	1371
1.9.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico – CIDE.....	1372
1.9.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas.....	1372
1.9.3. As contribuições sociais da seguridade social	1373
1.10. Das Limitações ao Poder de Tributar	1375
1.10.1. O Princípio da Legalidade Tributária.....	1376
1.10.2. Princípio da Igualdade Tributária	1377
1.10.3. Princípio da Capacidade Contributiva.....	1377
1.10.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.....	1378
1.10.5. Princípio da Anterioridade.....	1379
1.10.6. O Princípio da Não Cumulatividade.....	1381
1.10.7. Princípio da Seletividade.....	1383
1.10.8. Princípio da vedação do confisco	1384
1.10.9. Princípio da Imunidade recíproca.....	1384
1.10.10. As imunidades dos templos de qualquer culto.....	1386
1.10.11.As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	1387

1.10.12. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.....	1388
1.10.13. As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.....	1389
1.10.14. Outras limitações.....	1389
1.11. Da repartição das receitas tributárias.....	1389
1.12. Regimes Diferenciados de Tributação e a Cesta Básica Nacional de Alimentos	1398
1.13. Das regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 ...	1399
2. Das finanças públicas.....	1405
2.1. Considerações gerais	1405
2.2. Dos Orçamentos.....	1408
2.3. A Emenda Constitucional 109/2021, o Ajuste Fiscal de Vedações e o Estado de Calamidade Pública de Âmbito Nacional	1417
2.4. A Emenda Constitucional nº 95/2016, o Teto de Gastos Públicos (Novo Regime Fiscal da União), a Lei Complementar nº 200/2023 e o Novo Regime Fiscal Sustentável	1420
2.5. A Emenda Constitucional nº 106/2020 e o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações durante da pandemia da COVID-19 – Orçamento de Guerra.....	1424
3. Quadro Sinótico.....	1426

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1437
1. Conceito de ordem	1437
2. Ordem econômica.....	1437
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica.....	1438
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras	1440
2.3. Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1441
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável.....	1446
2.5. Da Política Urbana.....	1450
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1451
2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.....	1453
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária	1454
3. Do sistema financeiro nacional.....	1457
4. Quadro Sinótico	1458

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL	1461
1. Considerações gerais.....	1461
2. Objetivos.....	1461
3. Da seguridade social.....	1462
3.1. Saúde	1469
3.2. Previdência social.....	1473

3.3. Assistência social.....	1482
4. Da educação, da cultura e do desporto.....	1484
4.1. Da educação.....	1484
4.2. Da cultura.....	1494
4.3. Do desporto	1496
5. Da ciência, tecnologia e inovação.....	1496
6. Da comunicação social	1498
7. Do meio ambiente	1499
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	1514
8.1. Da família.....	1514
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	1518
8.3. Da pessoa idosa.....	1520
9. dos Povos Indígenas	1521
10. Quadro Sinótico.....	1523
BIBLIOGRAFIA	1529